

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

(Processo Administrativo nº 008/2019)

RECORRENTE: Empresa ATACADÃO DA CONSTRUÇÃO LTDA

RECORRIDAS: Empresa DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP, empresa COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA e empresa 3 E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO EIRELI.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2019

I - RELATÓRIO

Tratam-se de tempestivo Recurso Administrativo do Pregão Presencial n.º 004/2019, onde a empresa ATACADÃO DA CONSTRUÇÃO LTDA argumenta que as Licitantes, ora Recorridas, ao apresentarem as suas propostas informaram marcas de produtos que supostamente não atenderiam as especificações solicitadas pelo Edital do Pregão Presencial n.º 004/2019, relativos ao Lote 05, itens 45 a 48 e itens 53 a 76.

Apenas a Licitante Recorrida COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, apresentou Contrarrazões ao Recurso, sendo todas as demais licitantes devidamente intimadas.

É o relato do indispensável.

II - FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com o art. 41 da Lei n.º 8.666/1993 a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Já o art. 3º da mesma Lei n.º 8.666/93 determina que *“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da*

vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Esclarece-se que o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93 autoriza a realização de diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo, ao estabelecer o seguinte:

"§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

Sendo assim, esclarece-se que o referido processo foi encaminhado anteriormente para análise da equipe técnica do DAE/VG quanto as marcas descritas nas propostas do DAE/VG, que assim decidiu:

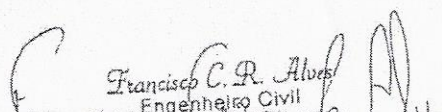
Considerando que todas as propostas apresentadas estão elencadas conformes as especificações técnicas do Termo de Referência do edital.

Considerando a obrigação da empresa vencedora em se comprometer a fornecer os serviços objeto desta licitação em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos, e fornecê-los de acordo com os preços apresentados na proposta.

Considerando a não exigência, pelo edital, de vistoria e apresentação de materiais informativos, como folders, catálogos, portfólios e amostras para a participação das empresas no processo licitatório.

Considerando que a análise da qualidade dos materiais/equipamentos/serviços fornecidos será realizada antes da emissão do termo de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato, estando a contratada sujeita às sanções legais e contratuais caso verifique a não conformidade dos itens com as especificações técnicas solicitadas.

Fica declarado, por esse setor técnico, a não observância de razões para a desclassificação das propostas contestadas, devido a impossibilidade de se manifestar em relação às contestações sobre as marcas apresentadas, necessitando a análise dos parâmetros técnicos dos produtos somente após os fornecimentos desses.


Francisco C. R. Alves
Engenheiro Civil
Analista de Saneamento
Francisco Cézar Rodrigues Alves
Analista de Saneamento

Várzea Grande, 08 de abril de 2019
Cezar Augusto Oliveira Viana
Gerente Projetos
DAE/VG
Cezar Augusto Oliveira Viana
Gerente de Projetos

Diante disso, passamos a decidir sobre os argumentos constantes no recurso em questão.

Primeiramente, destaca-se que o art. 15, § 7º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, estabelece que nas compras deverá haver a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca.

A jurisprudência do TCU estabelece ainda que *“a indicação de marca somente é aceitável para fins de padronização, quando o objeto possuir características e especificações exclusivas”* (Acórdão 62/2007, Plenário – Relator Ministro Marcos Bemquerer Costa), o que não é o caso da presente licitação.

Consequentemente, no Termo de Referência n.º 003/2019 do Pregão Presencial n.º 004/2019, bem como no Anexo II do Edital do referido Pregão, não consta nenhuma referência ou exigência de indicação de marcas.

No referido Termo de Referência n.º 003/2019, consta a especificações completas dos itens, bem como as normas técnicas as quais os itens devem cumprir, quando o caso, sendo essas as exigências do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2019, dentre outras constantes no mesmo e nos seus anexos.

Sendo assim, em nenhum momento o Edital e seus anexos exigem a indicação da marca, motivo pelo qual, caso as licitantes eventualmente informem eventuais marcas de bens em sua proposta, isso não serve e não pode ser utilizado como critério para seleção de proposta, por força das exigências vinculativas do Edital e seus anexos (art. 41 da Lei n.º 8.666/1993).

Ademais, o que importa e é exigido pelo DAE/VG é que a Licitante vencedora apresente os bens na forma e com as especificações técnicas descritas e apresentadas no Termo de Referência n.º 003/2019, sob pena de aplicação das sanções administrativas descritas no item 27 e seus subitens do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2019, além do previsto na Lei n.º 10.520/2002 e art. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93.

Considerando que todas as licitantes apresentaram a proposta conforme estabelece o item 10 e seus subitens do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2019, bem como de acordo com o Anexo II do referido Edital, não se identifica qualquer argumento plausível para a desclassificação das proponentes.

Nesse diapasão, não é demais salientar que o item 10.9 do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2019 estabelece que:

“10.9. Serão DESCLASSIFICADAS as propostas:

- 10.9.1.** Que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e seus Anexos ou da Legislação aplicável;
- 10.9.2.** Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 10.9.3.** Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;”

Destarte, observa-se que as propostas apresentadas pelas Licitantes atenderam as especificações e exigências da licitação, além de não apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como não contêm condições ou ressalvas em relação as condições estabelecidas no Edital, desse modo, não há argumento legal ou editalício que justifique a desclassificação.

Como não se bastasse, importante se faz esclarecer que a jurisprudência dos Tribunais de Contas entende que quando a proposta ou os documentos habilitatórios das licitantes apresentarem vícios sanáveis, a Administração pode se abster de desclassificar ou inhabilitar a mesma, considerando o princípio do formalismo moderado e da vantajosidade, conforme podemos observar nos seguintes julgados do Tribunal de Contas da União – TCU, *in verbis*:

“**FORMALISMO EXCESSIVO, DILIGÊNCIAS e VANTAJOSIDADE.**

9.2. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, **nos termos do art. 3º da Lei 8.666/1993, em futuras licitações, evite o excesso de formalismo, promovendo, nos limites da lei, as diligências necessárias a impedir a desclassificação de propostas potencialmente vantajosas para a administração;**”
(ACÓRDÃO Nº 2076/2018 - TCU – Plenário)

“**FORMALISMO MODERADO.**

9.3. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que a Fundação Universidade Federal do Amapá adote as seguintes medidas: (...)

9.3.5. **aplique o princípio do formalismo moderado no julgamento das propostas, quando a desconformidade possa ser sanável**, nos termos do art. 24, V, da Lei nº 12.462 (RDC), de 2011;”
(ACÓRDÃO Nº 2104/2018 - TCU - Plenário)

“**CONSELHOS PROFISSIONAIS, DILIGÊNCIA e FORMALISMO MODERADO.**

1.7.2. dar ciência ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) de que: (...)

1.7.2.3. **a desclassificação da proposta de menor preço em razão da ausência de informações que poderiam ser supridas por diligência, (...), afronta o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, a**

jurisprudência dominante deste Tribunal (acórdãos do Plenário 1.924/2011, 747/2011, 1.899/2008 e 2.521/2003, dentre outros) e os princípios da razoabilidade, do formalismo moderado e da busca da proposta mais vantajosa.
(ACÓRDÃO Nº 10040/2018 - TCU - 1ª Câmara)

Desse modo, o único fato de existir a informação sobre marca na proposta não é argumento suficiente para desclassificação das propostas, uma vez que como exaustivamente mencionado, as propostas atenderam ao estabelecido no Edital do Pregão Presencial n.º 004/2019, cabendo a licitante vencedora apresentar os bens do objeto licitatório conforme descrição e especificação constantes no Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência n.º 003/2019.

Por fim, destaca-se que o item 10.10.1. do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2019 estabelece o seguinte:

“10.10. A simples participação neste certame implica em:

*10.10.1. **Plena aceitação, por parte da licitante, das com dições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;***

10.10.2. Que a empresa vencedora deverá apresentar proposta atualizada em até 48 (quarenta e oito) horas, exceto no caso de justificativa aceita pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, que estabelecerá novo prazo;

*10.10.3. **Comprometimento da empresa vencedora em fornecer os serviços objeto desta licitação em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos;**” (grifamos)*

Dessa forma e por qualquer lado que se analise, verifica-se que as empresas Recorridas atenderam as exigências do Edital e da legislação aplicável ao caso, bem como que caberá a licitante vencedora fornecer os objetos da licitação conforme exigido no Edital e seus Anexos, sob pena de aplicação de sanção administrativa, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 41 da Lei n.º 8.666/93).

III - DECISÃO

Diante do exposto, e das análises acima, preliminarmente, conheço da Recurso Administrativo, pois tempestivo, para, no mérito, **manter minha decisão e declarar o DESPROVIMENTO ao recurso da empresa ATACADÃO DA CONSTRUÇÃO LTDA**, motivo pelo qual e nos termos do

item 14.6.2 do Edital de Pregão Presencial n.º 010/2018 encaminho o referido recurso para decisão da autoridade superior (Presidente do DAE/VG).

É como decido.

Várzea Grande/MT, 07 de maio de 2019.


CRISTIANE PEREIRA MARTINS
Pregoeira

DECISÃO

Ratifico as fundamentações constantes no presente instrumento e declaro o **DESPROVIMENTO** ao recurso da empresa **ATACADÃO DA CONSTRUÇÃO LTDA.**
Publique-se, intime-se e cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 07 de maio de 2019.



Presidente do DAE/VG